

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DOS TIPOS “BONDING” E “BRIDGING” NO VALE DO TAQUARI

Cíntia Agostini¹

Resumo: O presente artigo discute o tema do capital social e sua formação no Vale do Taquari a partir da percepção de dois tipos de capital social coletivo: tipo *bonding*, formado por grupos homogêneos, com características similares, e do tipo *bridging*, de grupos distintos e com relações horizontais. Essa caracterização é base da análise das entidades de caráter regional do Vale do Taquari, apontadas no *site* <www.valedotaquari.org.br>. Finaliza o artigo enfatizando que, mesmo que minimamente, as entidades regionais possuem capital social coletivo do tipo *bonding*. Não foi possível perceber a formação do capital social coletivo do tipo *bridging*.

Palavras-chave: Capital social. Vale do Taquari. Desenvolvimento regional sustentável.

REGIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT: THE FORMATION OF “BONDING” AND “BRIDGING” SOCIAL CAPITAL IN VALE DO TAQUARI

Abstract: This article studies the formation of social capital in Vale do Taquari, based on two sorts of social capital: bonding social capital, formed by homogeneous groups that are primarily similar along some key dimension, and bridging social capital, formed by heterogeneous groups with horizontal relationships. This characterisation is the basis for the analysis of regional organisations in Vale do Taquari, found on <www.valedotaquari.org.br>. The concluding results suggest that regional organisations have bonding social capital, however, the amount is minimal. It was not possible to find out the formation of bridging social capital.

Keywords: Social capital. Vale do Taquari. Regional sustainable development.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca dos temas capital social e desenvolvimento regional sustentável não são necessariamente atreladas. Tanto o conceito de desenvolvimento como o de capital social isoladamente já são temas de inúmeros debates, apresentam conceitos diversos e concepções de efetivação variadas.

1 Economista. Mestra em Ambiente e Desenvolvimento (Univates). Doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unisc). E-mail: cintia@univates.br

Mas o que permeia a proposta é que a identificação e a conceituação de capital social possibilita questionar a racionalidade econômica e as decisões de que cada indivíduo agindo em prol de si mesmo consegue um resultado melhor para o coletivo. Ou seja, faz frente à noção do capital e suas relações da economia clássica.

Atrelar essa discussão ao desenvolvimento regional sustentável é trazer dois temas contemporâneos que se viabilizam e se impulsionam quando avaliados de forma sistêmica, ou seja, parece plausível conceber que o desenvolvimento regional sustentável é resultado também do acúmulo de capital social de uma comunidade.

Nessas condições, no presente artigo é feita uma discussão sobre o capital social, focando na tipificação de capital social coletivo dos tipos *bonding* e *bridging*.

O recorte proposto servirá para analisar informações do *site* “Vale do Taquari”, um *site* que se propõe a identificar as entidades de âmbito regional, neste caso do território do Vale do Taquari. Nessas condições objetiva identificar se essas entidades possibilitam a formação de capital social e a contribuição desse para o desenvolvimento regional sustentável.

Para tanto, inicialmente traz-se à discussão o tema do desenvolvimento regional sustentável, conceituação e concepção. Na sequência, o entendimento aqui exposto sobre capital social e a própria região.

Posteriormente, trata das informações localizadas no *site* citado e, por fim, infere sobre a formação de capital social dos tipos *bonding* e *bridging* e sua relação com o desenvolvimento do Vale do Taquari.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

A região é o resultado de como o território se organiza, e a regionalização é a construção do próprio processo, das particularidades na interação com a totalidade. Nessas condições, o desenvolvimento regional se dá a partir das ações nos territórios construídos, apropriados pela sociedade, ou seja, é no território que se identificam regiões ou lugares. Assim, nesse processo de apropriação é que se constroem as regiões.

Para tanto, Etges (2005, p. 54) afirma que “um território só existe a partir da materialidade que lhe é dada pelo seu uso”, e é nessas condições que ocorre o processo de regionalização, que possibilita a formação de uma região, com base em um território, determinado por interesses tanto econômicos quanto sociais, políticos e culturais. É a partir da interação de todos esses aspectos que se conformam as regiões.

As particularidades regionais são as que podem dar conta do desenvolvimento na perspectiva territorial, enfatizando a dinâmica e a diversidade de cada região, e, nessas condições, promover o desenvolvimento regional sustentável.

Assim, enfatiza Benko (1999, p.93) que “o problema é que as regiões não são homogêneas entre si, e as nações ainda menos”. E mais, para Lencioni (2001, p.201), “é importante deixar bem claro que as perspectivas acerca da noção de região não são falsas nem verdadeiras”.

Essa percepção possibilita perceber que o território é resultado da

[...] apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. [...] o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado (FLORES, 2006, p.4).

Nessa relação dos espaços estruturados e agentes, a diversidade deve ser vista enquanto potencialidade, considerando que as desigualdades são próprias das regiões, que não são necessariamente problemas ou de caráter pejorativo e que o desenvolvimento regional é o processo de desenvolvimento construído a partir da regionalização no território.

Em suma, “a noção de regionalização é nitidamente polissêmica” (RIBEIRO, 2004, p.198), com múltiplos sentidos, apoiados além de na existência da região enquanto tal, na capacidade produtiva desta, além de nos aspectos ideológicos, paisagem, valores culturais, critérios políticos e científicos.

Pensar o desenvolvimento regional considerando aspectos globalizantes, hegemônicos é considerar o regional e o global na condição dialética de ser, considerando o passado e tendo as perspectivas futuras de cada região. Para tanto, as particularidades de cada região é que determinarão o tipo de desenvolvimento que terá (PECQUEUER, 2009).

A construção social se dá a partir das práticas sociais de cada território, dependem da construção e das circunstâncias de cada comunidade. “Desta maneira, a regionalização como fato encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território” (RIBEIRO, 2004, p.195).

Assim, propõe-se

[...] o retorno a uma visão ‘territorial’ do desenvolvimento, preconizando ações de âmbito local, valorizando os recursos locais [leia-se regional], com a participação da população, e integrando dados dos vários meios (econômicos, sociais, culturais e políticos) (BENKO, 1999, p.85).

Território como espaço construído pelos atores sociais, com sentimento de pertencimento e ação coletiva e o que faz a ação coletiva é o capital social de determinado território, é este que estabelece o potencial de desenvolvimento do território, ligados a fatores histórico-culturais, e aqui se inclui, sociais, ambientais, políticos e éticos, capital este que pode ser construído e maximizado nos territórios. Assim, “[...] capital social pode ser construído, a partir de uma inter-relação entre o Estado e a sociedade local” (FLORES, 2006, p.27).

De certa forma, no entender de Harvey, o desenvolvimento regional estaria relacionado ao que designa de coerência regional forjada historicamente pelos movimentos dos diversos atores, capital, Estado e as diferentes classes sociais em disputa pelo espaço [...] (LIMONAD, 2004, p.59).

Talvez, nessas condições, não seja possível um único modelo de desenvolvimento regional sustentável, mas talvez sejam possíveis sim múltiplas formas de desenvolvimento regional sustentáveis, construídos regionalmente. Então, a dinâmica e a diversidade de cada região possibilitam a promoção particular do desenvolvimento regional sustentável.

Ou seja, é a própria região, e não o local, que deve decidir o que é dinâmica virtuosa para si. Para algumas regiões, o olhar do desenvolvimento dar-se-á somente a partir do global; para outras, somente a partir do local. Haverá aquelas que terão as duas dinâmicas de forma harmônica e ainda algumas que não conseguem definir nem uma nem outra dinâmica para o desenvolvimento da região.

Considerando a noção de território em que este é resultado da ação coletiva dos atores sociais, existem diferentes formas de fortalecer a região e promover o desenvolvimento. No entanto, se levado em conta que é a partir das particularidades regionais, sendo essas culturais, sociais, ambientais, políticas, econômicas, há uma decisão do próprio território em como promover o desenvolvimento.

As estratégias de desenvolvimento, baseadas na noção de território aqui exposta, devem levar, portanto, em conta a formação de capital social.

PARTICIPAÇÃO E FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Da mesma forma que a sociedade percebe positivamente os avanços da modernização na economia mundial, também se intensificam as críticas aos diversos modos de regulação e se aprofundam as análises acerca do sistema capitalista de produção (HARVEY, 1992; PECQUEUR, 2009). O que se percebe é que, quanto mais complexos e modernos forem os sistemas de produção, mais surgem regras de reciprocidade e sistemas de participação. “As comunidades em que essa regra é obedecida têm melhores condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas de ação coletiva” (PUTNAM, 1996, p.182).

Putnam e os autores que tratam o tema do capital social estão vinculados a uma corrente teórica da construção do conceito de sociedade civil, intitulada neotocquevilliana. Parte da percepção de Alexis de Tocqueville quando identificou como diferenciadas as formas de associação nos Estados Unidos dos anos de 1830. Essa matriz teórica enfoca

[...] um local habitado por organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com interesses privados, vinculando-se com outros por meio da ajuda mútua, espontânea, livre e voluntária (DURANTE; SANDES, 2009, p.121).

Capital social aqui é entendido como o conjunto de cidadãos que, confiantes uns nos outros, produzem e conduzem a sociedade na qual estão inseridos para uma condição mais eficiente de seu desenvolvimento. Os resultados positivos para o desenvolvimento não existiriam em diferentes condições, ou seja, são as “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177).

Em suma, pode-se dizer que, para os neotocquevillianos, a força e a estabilidade das democracias liberais depende, necessariamente, de uma esfera de participação associacional ativa e pujante. Neste sentido, tais autores concebem a sociedade civil como um local habitado por organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com o seus interesses privados, vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua. A sociedade civil é vista de uma forma ‘espontaneísta’, na qual grupos e associações voluntárias afloram. Além disso, ela também é vista de uma maneira deveras positiva na

medida em que é composta por associações voluntárias e livres que contribuem para a estabilidade da democracia liberal (RAMOS, 2005, p.11).

Para Putnam (1996, p.183) “os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social”. Não obstante, a participação não é percebida somente a partir de movimentos sociais formais ou informais, das minorias, para combater algo, para insurgir sobre um sistema dito dominante, mas também participações nas “quais atores sociais, ainda que em posições opostas, adotam horizontes estratégicos comuns em torno de projetos compartilhados” (ABRAMOVAY, 2010, p.272).

Ou seja, por meio dos sistemas de participação, é mais perceptível a emergência de características sociais que perpassam o compromisso com o coletivo, as regras de reciprocidade e a confiabilidade uns nos outros e nos sistemas.

Compromisso coletivo considerado nos grupos e com os diferentes grupos, mais presente quando da discussão do desenvolvimento regional, quando da percepção de identidade de determinada região. Regras de reciprocidade consideradas no olhar a partir do outro, na percepção e ações coletivas ou individuais positivas e que gerem reações de igual forma, no ato e fato de colocar-se no lugar do outro e a confiabilidade para dar conta de levar adiante as ações coletivas de forma recíproca.

Essa percepção é mais presente quando analisado o desenvolvimento regional, já que a perspectiva regional possibilita uma noção de identidade mais qualificada. Melhor dizendo, a participação cidadã é considerada como fator endógeno ao processo de desenvolvimento regional, como o citado na equação proposta por Becker (2002, p.15): “ (+) organização social = (+) participação política; (+) participação política = (+) desenvolvimento; = padrões regionais diferenciados de desenvolvimento”.

Essa participação cidadã contribui para solidificar as identidades regionais e surge da interação sócio-político-econômica, na qual os indivíduos, apesar de suas diferenças, possibilitam a identificação e o trabalho por interesses comuns. Nessas condições, as iniciativas deixam de ser tomadas por outros, que nem sempre são efetivas, e passam a ser das instituições, organizações, indivíduos de cada região.

E é essa participação que possibilita e é possibilitada pela formação do capital social. Capital social aqui é entendido como o conjunto de cidadãos que, confiantes uns nos outros, produzem e conduzem a sociedade na qual estão inseridos para uma condição mais eficiente de seu desenvolvimento. São resultados positivos para o desenvolvimento que não existiriam em diferentes condições.

Outros autores discutem capital social sobre diferentes enfoques,

[...] enquanto Bourdieu (1980) preocupou-se em mostrar como a construção de uma rede durável de relações permitiria ao indivíduo (ou grupo de indivíduos) arremeter um capital que estivesse fora do circuito estritamente econômico, mas que este mesmo capital (cultural e social) poderia ser usado para fins econômicos, como a acumulação e a reprodução social, Coleman (1990) mostrou como os dilemas da ação coletiva poderiam ser resolvidos através da noção de capital social. Fukuyama (1995), por sua vez, argumentou que a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, virtudes que são encontradas no estoque de capital social de uma determinada comunidade, capital social

este que não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, uma vez que é uma construção coletiva e histórica (MULS, 2008, p.7).

Considerando que o próprio conceito de capital social é amplo e diverso, existem autores que tipificam capital social em níveis², individual, quando os indivíduos buscam, por meio de suas redes de contatos, promover seus interesses e em nível do grupo, nas condições de recurso coletivo, que busca a qualidade de vida das comunidades, e em tipos. A tipificação é foco deste artigo, considerando que o nível a que está sendo tratado capital social é em grupo, ou seja, capital social coletivo.

Nessas condições, a literatura identifica três tipos de capital social³. O primeiro deles, de *bonding*, dito de ligação (MERTENS, 2011), de encapsulamento (BAQUERO, 2008), de laços fortes (BANDEIRA, 2010), considerado como aquele capital social formado a partir de grupos homogêneos, com características similares, intragrupo, que possuem objetivos comuns acerca de determinados temas. O segundo é do tipo *bridging*, de ponte (BAQUERO, 2008), conexão (MERTENS, 2011) ou de laços horizontais (BANDEIRA, 2010), são as relações entre grupos, grupos distintos, que possuem características distintas, que se inter-relacionam quando de ações coletivas, comuns a todos. E por fim, o capital social do tipo *linking*, de contatos verticais (BAQUERO, 2008), elos verticais (BANDEIRA, 2010), em que o capital social se forma na relação entre diferentes instâncias, diferenciadas, no trato, por exemplo, de instituições formais, como do Estado, e grupos regionais.

Nessas condições, leva-se em conta que

[...] o capital social é um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de compromisso cívico; ele depende diretamente das associações horizontais entre pessoas [...], das redes verticais entre pessoas e organizações [...], do ambiente social e político em que se situa a estrutura social [...] e, finalmente, do processo de construção e legitimação do conhecimento social [...] (MILANI, 2007, p.208).

Assim, considera-se que o desenvolvimento regional sustentável é resultado da relação da região com o movimento global, da atuação dos atores, por meio da participação, das relações de reciprocidade, de percepção coletiva, de confiança, considerando as particularidades regionais e que o estímulo à governança, por meio dos movimentos de participação, são positivos para a democracia e o desenvolvimento (PUTNAM, 1996; ABRAMOVAY, 2006; ROCHA, 2011).

2 Não será tema deste artigo, mas existem autores que definem o capital social em níveis, individual ou grupo. “Em nível individual, o capital social está associado ao acesso e à utilização dos recursos que permeiam as redes sociais (Lin 1999), bem como ao poder social do indivíduo, que se utiliza de seus contatos e dos recursos mobilizados pela rede para promover seus interesses (Bourdieu 1980). Em nível do grupo, o capital social pode ser visto como um recurso coletivo com potencial para aumentar a qualidade de vida das comunidades, para promover a ação coletiva e o fortalecimento da colaboração (Coleman 1988; Putnam 1995; Lin 1999; Pretty 2003)” (MERTENS, 2011).

3 A tipificação de capital social é baseada nos conceitos iniciais de Putnam (1996), Granovetter (1973) e do Banco Mundial, no World Development Report 2000-2001.

Uma sociedade democrática só será efetivamente democrática, se for organizada respeitando os valores culturais de cada região, já que a organização da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização e, este, fundamento dos padrões de desenvolvimento. [...]. Nesse caso, vale a regra, quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada e, portanto, muito mais desenvolvida (BECKER, 2002, p.18).

O capital social, que consolida e é consolidado na participação cidadã ou cívica (PUTNAM, 1996), possibilita a transparência nas relações coletivas, aumenta a eficiência e a eficácia dos projetos e das ações e possibilita maior apropriação destas pela sociedade (BANDEIRA, 1999). Em suma, “sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte” (PUTNAM, 1996, p.186).

Nos anos 2000, no entanto, após um período de “casamento” das ações e teorizações acerca do conceito de sociedade civil, surgem as críticas a esse conceito posto (LAVALLE, 2003; 2011; DAGNINO, 2004; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006; HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004), percebendo que nem a sociedade civil é homogênea, nem os atores são democráticos, identificando muito mais um contínuo da sociedade civil, Estado e mercado, do que lógicas específicas de esferas individuais.

As diversas discussões perpassam que é necessário perceber quem são os atores empiricamente, como constroem as suas visões, suas perspectivas, considerar que possuem limites e são diversos. É nesse contexto que a maioria das críticas são trazidas e, no caso das matrizes teóricas apresentadas neste artigo, são enfatizados alguns pontos de cada uma delas.

Essa literatura partilha aquilo que [citando as diversas matrizes teóricas], apenas por brevidade, será denominado aqui de ‘perspectiva da sociedade civil’ sobre a participação: enfatiza-se a autonomia como alicerce indispensável do potencial de transformação da sociedade civil, fazem-se poucas distinções analíticas entre atores da sociedade civil e, por fim, dá-se pouca atenção aos fatores que configuram às diferentes capacidades dos atores para a ação (HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004, p.2-3).

No que tange à matriz neotocquevilliana, à qual o conceito de capital social está atrelado, as críticas perpassam o fato de que é

[...] possível perceber que o conceito de sociedade civil dos autores vinculados a essa matriz, baseado na participação cidadã em associações livres, supraclassistas, nada tem da busca pela emancipação social. [...]. Ou seja, trata-se em última instância de um projeto conservador (RAMOS, 2005, p.22).

Foley e Edwards (1998), Lavallo (2003; 2011), Dagnino (2004), Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) e Houtzager, Lavallo e Acharya (2004) criticam a visão normativa da sociedade civil e do capital social. Enfatizam que a noção de capital social e a de civismo são utilizadas como se a sociedade civil fosse resultado de “bondade” e os outros, como os governos, fossem resultado de “maldade”. Enfatizam ainda que a visão do Putnam (1996) é de sociedade idealizada, em que as associações são a representação de uma visão normativa, idealizada, em que os indivíduos são virtuosos e iguais, e não colocam interesses particulares acima de interesses coletivos.

Foley e Edwards (1998) afirmam que Putnam (1996) exclui grupos e organizações que assumem um caráter conflitivo, privilegia aquelas organizações que produzem atitudes e comportamentos de virtude cívica, que dá ênfase no caráter normativo da sociedade civil, onde esta seria o *locus* de realização da autêntica solidariedade e confiança mútua. Nessas condições, para estes, Putnam não percebe o quanto o Estado é crucial no enquadramento das iniciativas no interior da sociedade civil, assim como no mercado.

Mesmo compreendendo as condições não meramente positivas da participação e da formação do capital social, a atuação colaborativa dos atores em prol de temas e objetivos comuns pode ser uma alternativa para o desenvolvimento regional sustentável. Nessas condições, na sequência o artigo enfatiza uma região, o Vale do Taquari, e a formação do capital social nesse território.

O VALE DO TAQUARI E A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL DOS TIPOS *BONDING* E *BRIDGING*

Enquanto região, entende-se o Vale do Taquari a partir da regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – COREDES. Como território trata-se de

[...] uma região composta atualmente por 36 municípios, segundo a área de abrangência dos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se na região central do Rio Grande do Sul e dista em média 150 quilômetros de Porto Alegre, integrando a ‘região funcional 2’, juntamente com o COREDE Vale do Rio Pardo (CODEVAT, 2009, p.16).

Possui 1,71% da área total do Estado e, em 2011, era responsável por 3,23% do produto interno bruto (PIB), com valor de R\$ 8.510.190.000,00 e tinha PIB *per capita* de R\$ 25.798,00 e 3,07% da população, totalizando 329.258 pessoas. A região que foi responsável, em 2011, por 30% da produção de frangos, 15% da produção de suínos e 9% da produção leiteira estadual (FEE, 2014). Parcela significativa do setor industrial está vinculada ao agronegócio e à produção de alimentos. Destaca-se também na produção de móveis, confecções, entre outros.

Os indicadores Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico - IDESE e Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em 2010, eram 0,765 e 0,727, respectivamente (FEE, 2014; IBGE, 2014). Quando enfatizados os programas de transferência de renda, no caso do Programa Bolsa Família, que atende famílias com rendimento médio mensal abaixo de R\$ 70,00, o Vale do Taquari, em 2012 teve 6.854 famílias atendidas.

Assim, observando a partir desse indicador, se considerado o número de domicílios de 112.127 (IBGE, 2010), é um pouco mais de 6% dos domicílios que recebe esse benefício, comparando, nas mesmas condições, com o Estado, esse percentual é de quase 13%. Assim, pode-se inferir que o Vale do Taquari, comparativamente à média estadual, possui metade dos habitantes com necessidade de transferência de renda.

Considerando a disponibilidade de dados municipais ou regionais, podem-se incluir informações acerca do saneamento no ano de 2010. Este amplia a visão e a relação sociedade

e meio ambiente. Em se tratando de abastecimento de água, 15% da população da região não é atendida pela rede geral de água, ou seja, são 16.496 domicílios que utilizam poço ou nascente para abastecimento de água.

Praticamente 93% do lixo nos municípios são coletados, o restante é jogado, enterrado ou queimado. No entanto, estes 93% que são coletados, em sua grande maioria, são destinados para o município de Minas do Leão, sem nenhum tipo de separação e/ou reutilização do reciclável.

Em se tratando do item esgotamento, somente 11% dos domicílios da região estão ligados a uma rede geral de esgoto. A maioria, 57%, possui fossa séptica e 30% possuem fossa rudimentar. Em torno de 5% dos domicílios não possuem banheiro ou utiliza vala (FEE, 2014; CODEVAT, 2014).

Ainda, para não tratar especificamente do saneamento nas áreas urbanas, no meio rural há uma concentração elevada de criação de animais, conforme exposto acima e com baixa adequação para o correto manejo e possível reutilização dos dejetos orgânicos.

O tema aqui levantado é tão saliente que foi diagnosticado no Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas, que 35% das doenças de veiculação hídrica do Estado do RS ocorrem nessa bacia. Também, segundo o Plano, todos os pontos analisados nesse trecho da bacia resultaram em classes de água 3 ou 4, considerando Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)⁴ (SEMA, 2012).

Os breves parágrafos acima descrevem uma região que indica uma condição particular de desenvolvimento, com os indicadores sociais e de renda demonstrados de forma mais qualificada do que os indicadores das condições ambientais.

Emerge nesse contexto, a necessidade ou não da mobilização social ou da formação de grupos, enquanto coletivos, homogêneos ou não, que participem e se engajem no processo de desenvolvimento.

A análise do *site* <www.valedotaquari.org.br> indica a existência de entidades que se dizem regionais, tanto aquelas com caráter setorial como as determinadas a partir do território.

Quadro 1 - Relação das entidades regionais identificadas no Vale do Taquari, no ano de 2014

ENTIDADE
ALIVAT – Academia Literária do Vale do Taquari
AMTURVALES – Associação dos Municípios de Turismo das Regiões dos Vales
AMVAT – Associação dos Municípios do Vale do Taquari
Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Taquari
AVAT – Associação dos Vereadores do Vale do Taquari

4 O CONAMA determina, via Resolução 357/2005, as classes de água, sendo elas avaliadas de 1 a 4, da melhor para a pior qualidade de água.

ENTIDADE
CIC VALE DO TAQUARI – Câmara de Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari
CODETER – Colegiado de Desenvolvimento do Território Rural do Vale do Taquari
CODEVAT – Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
COMITÊ TAQUARI-ANTAS – Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas
CONSISA – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Taquari
FACULDADE LA SALLE – Fundação La Salle
FATERCO - Fundação Alto Taquari de Educação Rural e Cooperativismo
Regionais dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Vale do Taquari
SEAVAT – Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Vale do Taquari
SINCOVAT – Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade do Vale do Taquari
Sindicato dos Hospitais do Vale do Taquari
SINDILOJAS VT – Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Taquari
SINDISAÚDE VT – Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Vale do Taquari
SINDUSCOM VT - Sindicato das Indústrias da Construção Civil, Mobiliária, Marcenarias, Olarias e Cerâmicas para a Construção, Artefatos e Produtos de Cimento e Concreto Pré-Misturado do Vale do Taquari
UNIVATES – Centro Universitário Univates

Fonte: elaborado pela autora com base em <www.valedotaquari.org.br> (2014).

No *site* também são elencadas entidades estaduais e órgãos do Estado que atuam no Vale do Taquari. Elas foram retiradas da listagem aqui apresentada, pois não se tratam de entidades somente identificadas com esse território⁵. No caso dos órgãos de Estado, não se formam nos grupos do Vale do Taquari, são movimentos da atuação dos Estados, enquanto viabilizadores das políticas públicas. Também estavam categorizados considerando entidades identificadas como instituições de ensino e pesquisa, sindicatos e entidades da sociedade civil organizada. Como o foco não é discernir as condições de categorização, essas não foram relacionadas no Quadro 1.

Considerando o exposto, é apresentada uma lista (QUADRO 1) de vinte entidades no referido *site*, cuja maioria leva em seu nome a identificação da região do Vale do Taquari. Esse por si só é um fator que demonstra certa identidade. E mais, o fato de existir um *site* chamado “Vale do Taquari” possibilita inferir que há uma noção de região relativamente homogênea.

Percebe-se que diferentes grupos de profissionais estão organizados regionalmente: escritores, engenheiros agrônomos, trabalhadores rurais, engenheiros e arquitetos, contadores, trabalhadores da saúde. Também, entidades empresariais, tanto associações como sindicatos

5 Mesmo considerando que as regionalizações das entidades são diversas, algumas consideram um total de 40 municípios, como a AMVAT, outras 36 municípios, como o CODEVAT, e ainda outras que a determinação se dá pelo curso dos rios, como o Comitê Taquari-Antas. A atenção se dá pela identificação com o Vale do Taquari, enquanto região.

patronais: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços, Sindicato dos Hospitais, Comércio Lojista, Construção Civil e similares. Entidades de ensino, pesquisa e extensão, Univates, La Salle e Faterco. Por fim, entidades com recorte territorial: a Associação dos Municípios, dos Vereadores, Consórcio de Saúde, Colegiado Rural, Associação de Turismo, Conselho de Desenvolvimento e Comitê de Bacia.

Apesar de a região demonstrar, por meio do *site*, que existem diferentes entidades, grupos, que representam e articulam os mais diversos grupos e segmentos, não foram identificadas entidades como Organizações Não Governamentais, Grupos de Defesas de Minorias, entre outros, o que possivelmente existe, mas não foi identificado na fonte consultada.

Salienta-se que quanto maior o nível de organização, de grupos, de participação, formal e informal, maior é o capital social. Assim, todos são fundamentais como possibilitadores da formação desse capital na região e devem ser conhecidos, estudados e articulados no contexto, para possibilitar um desenvolvimento regional sustentável, conforme exposto.

No entanto, considerando os dados apresentados, quando tratamos do capital social do tipo *bonding*, de ligação, ou seja, formado a partir de laços fortes, observam-se grupos diversos que se articulam em prol de objetivos comuns, para tratar dos mais diversos temas, de interesse comum. Neles as relações de confiança, de reciprocidade e de responsabilidade coletiva devem ser muito presentes. Ou seja, “um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança” (PUTNAM, 1996, p.177).

Relevante salientar o fato de diversas entidades usarem na denominação o termo Vale do Taquari, o que pode demonstrar uma identidade regional. A percepção de identidade regional e de instâncias que articulam diferentes interesses a partir da percepção do território pode ser classificada como capital social do tipo *bridging*. São entidades que congregam atores diversos no Comitê de Bacia, no Conselho de Desenvolvimento, por exemplo, que buscam, a partir de diferentes percepções, de interesses, nas relações verticais, das conexões, colaborar no desenvolvimento regional sustentável.

O que não pode ser observado a partir dessa análise é se essas entidades ampliam o capital social do tipo *bridging* articulando-se umas com as outras, na participação, na relação de confiança, na cooperação, na reciprocidade, na conjugação dos esforços, a partir das particularidades, em prol do desenvolvimento do Vale do Taquari. “A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (PUTNAM, 1996, p.180). E esse círculo virtuoso promove a acumulação de capital social.

No entanto, os capitais sociais dos tipos *bonding* e *bridging*, vistos a partir da região, podem favorecer o capital social do tipo *linking*, na relação dela com as instâncias do Estado e da União e vice-versa.

Assim, os sujeitos, enquanto coletivos

[...] reinterpreta o significado das coisas e fatos que recebem, dão sentido às ações de que participam, e produzem novos significados, porque embora os significados sejam conceitos, eles não são fixos nem imutáveis; não são eternos, inativos, e sim ferramentas dinâmicas que nos ajudam a decodificar o que é uma coisa (GOHN, 2005, p.32).

Quanto mais articulada uma região, quanto maior a participação, maiores os níveis de confiança e de reciprocidade, mais se constroem e conformam o capital social – esses processos “tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo” (PUTNAM, 1996, p.186).

Avançar na formação de capital social, tanto nas ações individuais ou coletivas, de grupos homogêneos ou distintos, como nas relações dentro da região, intragrupo ou para fora da região e intergrupo, é um desafio que reforça a dialética do desenvolvimento regional sustentável. Movimento dialético dentro dos grupos, entre os grupos e verticalmente. De percepções diversas, de normas, de regras de reciprocidade, de níveis diferentes de confiança e de confiabilidade, de sistemas de participação, que conformam e possibilitam o círculo virtuoso de formação e ampliação do capital social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado o território como resultado da conformação da região, a partir do processo de regionalização, e que ele advém das particularidades de cada região, sendo elas culturais, sociais, ambientais, políticas, econômicas, a ação coletiva é fundamental na decisão estratégica de desenvolvimento regional.

Normas, regras de reciprocidade, confiança, sistemas de participação que viabilizam e são viabilizados pelo capital social, do tipo *bonding*, quando grupos homogêneos, com interesses comuns, com laços fortes de confiança e de reciprocidade, buscam solucionar e empreender ações e projetos em prol desse coletivo e, do tipo *bridging*, na percepção de grupos distintos, de relações horizontais, que, agindo a partir das mesmas percepções, podem possibilitar maior acúmulo de capital social e prover o desenvolvimento regional sustentável.

No caso do Vale do Taquari, analisado o *site* “Vale do Taquari”, foram identificadas diversas entidades, ou seja, sistemas de participação, que buscam solucionar questões de um coletivo, a partir de um segmento, setor, território. Como são grupos marcadamente identificados, a possibilidade de haver temas de interesse homogêneo e percepções homogêneas é grande. Assim, a formação de capital social do tipo *bonding* é viabilizada.

No entanto, o capital social do tipo *bridging*, ou seja, de conexão, de relações horizontais destas entidades diversas, que possibilita o avanço quando da reconstrução de questões a partir de perspectivas diversas, não homogêneas, não fica claro somente por esta análise.

E é esse capital social que deve ser ampliado, não somente o das entidades formais aqui identificadas, mas também o das não identificadas, de grupos não formais, capital social que possibilita o desenvolvimento regional sustentável considerado como o processo

de regionalização do território, a partir das particularidades econômicas, sociais, culturais, ética, religiosas, ambientais, do Vale do Taquari.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Movimientos sociales, gobernanza ambiental y desarrollo territorial**. Presentación de un libro de Editorial Catalonia, organizado por José BENGEOA, Editorial Cataloni, 2006.

ABRAMOVAY, R. et al. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 24, mai./ago. 2010, p. 268-306.

BANDEIRA, P. S. Uma experiência de institucionalização de regiões no Brasil: Os Coredes do Rio Grande do Sul. In: **COREDES RS. PRÓ-RS IV: propostas estratégicas para o desenvolvimento regionais no estado do RS: 2011-2014**. Passo Fundo: Passografic, p. 115-162, 2010.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.380-413.

BECKER, D.F. Capital social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. Lajeado: **Estudo & Debate**, ano 09, n. 01, 2002. p.7-26.

BENKO, G. **A ciência regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

CODEVAT, 2014. **Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari**. Disponível em: <<http://www.codevat.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

CODEVAT. **Planejamento Estratégico Regional do Vale do Taquari**. Lajeado: CODEVAT, 2009. Disponível em: <<http://www.codevat.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p.95-110, 2004.

DAGNINO, E; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, p.13-92, 2006.

DURANTE, M. O. e SANDES, W. F. Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública, **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 3, Edição 5, Ago/Set 2009.

ETGES, V. E. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul**.

Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**: uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em: <http://www.fidamerica.cl/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FOLEY, M. W. e EDWARDS, B. Perspective: Editors' Introduction Beyond Tocqueville: Civil Society and Social Capital in Comparative. **American Behavioral Scientist**, 42, 5, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005 (316 G614p).

HARVEY, David. A Transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOUTZAGER, P.; LAVALLE, A.G.; ACHARYA, A. Atores da sociedade civil e atores políticos - Participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, L. **Participação em São Paulo**. São Paulo: UNESP, 2004 (no prelo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**, nº 66. Jul.2003.

LAVALLE, A.G. O estatuto político da sociedade civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo. **Textos para Discussão - CEPAL/IPEA**, nº28; 2011.

LIMONAD, E. Brasil, século XXI – regionaliza para que? Para quem. In: LIMONAD, E. et al. **Brasil Século XXI – por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MERTENS, F. et al. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazônica**, vol. 41(4) 2011: 481–492.

MILANI, C.R.S. Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n.1, p. 195-224 jan/abr. 2007.

MULS, L. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista de Economia**. Brasília, vol. 9, n.1, p.-21, jan/abr. 2008.

PECQUEUR, B. **A guinada territorial da economia global**. In: Revista Política & Sociedade, nº 14, abril de 2009, p.79-105.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, L. C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização**: uma perspectiva neogramsciana. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

RIBEIRO, A.C.T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et al. **Brasil Século XXI – por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

ROCHA, M.L. Capital social e democracia: a confiança realmente importa? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.19, n.38, p. 43-64, fev. 2011.

SEMA. **Plano da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <www.taquariantas.com.br>. Acesso em: 05 jun. 2014.

VALE DO TAQUARI, 2014. **Vale do Taquari**. Disponível em: <<http://www.valedotaquari.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.